



O pequeno alívio que os brasileiros tiveram na conta de luz, sem cobrança adicional por conta da bandeira verde, em vigor desde abril, está com os dias contados. Especialistas do setor elétrico estimam que, em setembro, a sinalização será amarela, com acréscimo de R\$ 1,50 a cada 100 quilowatts/hora consumidos (kWh). Há quem aposte até em bandeira vermelha a partir de outubro, com custo extra mais alto. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) só divulgará a cor em 26 de agosto.

As projeções dos técnicos se baseiam no cenário atual. Do lado da oferta, os níveis dos reservatórios estão em queda, sobretudo no Nordeste, onde atingiram preocupantes 21% da capacidade total (veja quadro). Pelo viés da demanda, o consumo de energia, que vinha em retração por conta da crise econômica, aumentou 1,2% em julho deste ano ante igual mês de 2015. Se essa tendência permanecer, em pleno período seco, o governo não terá como evitar o acionamento das usinas termelétricas de custo elevado.

O sistema de bandeiras tarifárias existe desde 2015 para sinalizar aos consumidores as condições de geração de eletricidade. Quando o quadro hidrológico é favorável, apenas térmicas com custo até R\$ 211 por megawatt/hora (MWh) são despachadas (autorizadas a gerar energia para o sistema interligado) e a cor é verde, sem acréscimos na conta. Se for necessário acionar usinas com custo de até R\$ 422 por MWh, a bandeira passa a amarela. A vermelha tem duas categorias: R\$ 3 adicionais por cada 100 kWh consumidos quando o MWh de energia termelétrica chega a R\$ 610; e cobrança extra de R\$ 4,50 quando o custo passa desse valor.

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, explicou que cada usina tem um tipo de combustível e é isso que afeta o custo. "As de gás natural são as mais eficientes e mais baratas. As de óleo diesel são mais caras. O sistema precisa de todas para ter segurança, mas elas são acionadas conforme o custo e a necessidade", disse.

Em 2015, os brasileiros desembolsaram quase R\$ 15 bilhões a mais pela energia elétrica só por conta da bandeira vermelha, que permaneceu em vigor quase o ano inteiro, e as tarifas dispararam 50% em média. Sales ressaltou, contudo, que a falta de chuvas foi responsável apenas por 56% do tarifaço. “Erros e decisões de governo e a cobrança de encargos embutidos na Conta de Desenvolvimento Energético também contribuíram”, calculou.

Na opinião de Marco Afonso, especialista em energia da consultoria de infraestrutura CGI, a bandeira amarela deve entrar em setembro. “O nível dos reservatórios está muito baixo no Nordeste e preocupante no Sudeste, que é a região que mais demanda energia no país, sobretudo com consumo industrial, mas também residencial, pois engloba os estados mais populosos. E a incidência de chuvas até o fim do ano é baixa. Além disso, o consumo começou a subir”, justificou.

Riscos Segundo Afonso, há riscos para 2017. “E não é baixo. Algo em torno de 30%. Mas não falo ameaça de apagão, e sim de redistribuição de energia. Ou seja, de bandeira vermelha e por muito tempo. Deve começar a vigorar em outubro, se não chover, e permanecer por vários meses”, projetou. Ele lembrou que o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que é o custo da energia no mercado à vista, está subindo. “Isso aponta estimativa de maior demanda, sem oferta. Hoje, está em R\$ 124 o MWh e a projeção é passar para R\$ 200. Um aumento de mais de 60% num período curto”, calculou.

A retomada da confiança deve provocar aumento na demanda por energia, no entender de Guilherme Schmidt, especialista do escritório L.O. Baptista-SVMFA. “Há interesse de estrangeiros nos ativos do país e deve se intensificar depois da definição do impeachment. Aí, a perspectiva é de consumo maior de energia, mais produção”, disse. Ele assinalou que só não houve apagão no ano passado porque o país estava em crise e com consumo, sobretudo industrial, muito baixo.

“A bandeira amarela é uma possibilidade no mês que vem. Há uma preocupação com a retomada do crescimento. O país precisa de mais oferta e há projetos atrasados”, pontuou Schmidt. Sales, do Acende Brasil, explicou que o atraso médio para os projetos ficarem prontos é de sete meses na geração e de 14 meses na transmissão, o que retarda o aumento da oferta. “Tamanho atraso só não causou dano maior porque houve arrefecimento da demanda. Agora, a expectativa é de que o país volte a crescer”, disse.

Expansão

A expansão prevista de geração elétrica para este ano, de 7.223 megawatts (MW), é superior ao que foi adicionado de energia nova em anos anteriores, garantiu o Ministério das Minas e Energia. “O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) aponta que, até agosto, a expansão do sistema totalizou 5,4 mil megawatts (MW) de capacidade instalada de geração e 3.024 km de linhas de transmissão. Em comunicado, o CMSE avaliou que o risco de qualquer deficit de energia em 2016 é igual a 0,0%, para as regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste”, disse o ministério.